

Ata de aprovação 509ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da CODATA
Realizada em 01 de julho de 2025

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2024

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa - Exercício 2024

Em conformidade com o Art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Decreto nº 38.406, de 27 de Junho de 2018, do Governo do Estado da Paraíba, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba - CODATA, referente ao exercício social de 2024.

DADOS GERAIS**Companhia de Processamento de Dados da Paraíba – CODATA****CNPJ:** 09.189.499/0001-00**Sede:** Rua João da Mata S/N, Jaguaribe - Centro Administrativo, CEP: 58015-020 - João Pessoa-PB.**Tipo de Estatal:** Sociedade de Economia Mista**Acionista controlador:** Governo do Estado da Paraíba**Tipo societário:** Sociedade Anônima**Tipo de Capital:** Fechado**Lei de autorização:** Lei nº 3.863, de 29 de outubro de 1976**Sector de Atuação:** Desenvolvimento de soluções tecnológicas**Site:** codata.pb.gov.br**GESTORES****CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente do conselho:** Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes**Membros do conselho:** Fábio Brito Ferreira

Ângelo Giuseppe Guido de Araújo Rodrigues

DIRETORES**Diretor Presidente:** Ângelo Giuseppe Guido de Araújo RodriguesE-mail: guido@codata.pb.gov.br (83) 3208.4455**Diretor de Infraestrutura de TI e Comunicações:** Eduardo Paiva Varandas**Diretor de Sistemas:** Marcus Alves de Jesus**Diretor Administrativo e Financeiro:** Renato Mendes de Oliveira Filho

Sumário

1.0	APRESENTAÇÃO.....	5
2.0	INTERESSE PÚBLICO	5
3.0	POLÍTICAS PÚBLICAS	6
4.0	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	7
5.0	METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	11
5.1	Projetos da Diretoria de Infraestrutura de TI e Comunicações (DITEC)	12
5.1.1	- Firewalls	12
5.1.2	WAF - Web Application Firewall	13
5.1.3	Rede REPAD	13
5.1.4	InfraEstrutura D/R	14
5.1.5	DLP - Data Loss Prevention	14
5.1.6	NDR - Network Detection and Response	14
5.2	Projetos da Diretoria de Sistemas (DIDES).....	15
5.2.1	Desenvolvimento de software de Prova de vida	15
5.2.2	Evolução técnica do Pbdoc	16
5.2.3	Modernização do sistema do DETRAN	16
5.2.4	TransferePB	16
5.2.5	DonaVera	17
5.2.6	Simulador de aposentadoria	17
5.2.7	Portal de pessoas desaparecidas	17
5.2.8	Monitoramento de informações de terceirizados	17
5.2.9	Acompanhamento de Obras do Estado	18
5.2.10	Recadastramento de condutores do estado	18
5.2.11	Portal PB Digital	18
5.2.12	SIAF 5.0.....	18
5.2.13	SPP – Sistema de Procedimentos Policiais	19
5.2.14	Consulta de processos PBDOC	19
5.2.15	Vila Olímpica	19
5.2.16	Se joga PB	19
5.3	Projetos da Coordenação de LGPD	20
5.3.1	Reestruturação do Inventário de Dados Pessoais e continuidade no seu preenchimento	20
5.3.2	Atualização do Guia de Boas Práticas no Tratamento de Dados Pessoais	20

5.3.3 Criação do Termo de Sigilo e Confidencialidade dos Colaborados da Codata	20
5.3.4 Coleta de todas as assinaturas do Termo de Sigilo e Confidencialidade	20
5.3.5 Incorporação da LGPD no processo de desenvolvimento	21
5.3.6 Criação de notícias e informativos para sensibilização dos colaboradores acerca da privacidade enviados pelos canais oficiais	21
5.3.7 Participação em reuniões periódicas acompanhando o Comitê Estadual de LGPD e início da implementação de todo o Estado	21
5.3.8 Atividades desenvolvidas X Metas estabelecidas	21
6.0 RECURSOS PARA CUSTEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	22
7.0 - IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	23
8.0 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO.....	24
9.0 FATORES DE RISCO	28
10.0 REMUNERAÇÃO.....	32
11.0 DELIBERAÇÃO	33

1.0 APRESENTAÇÃO

A Lei nº 13.303/16, em seu art. 8º, incisos I, III e VIII, determina a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela sociedade de economia mista, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas aos seguintes itens: atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações estão detalhadas a seguir.

2.0 INTERESSE PÚBLICO

A criação da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA) foi autorizada pela Lei nº 3.863, de 29 de outubro de 1976, que a estabeleceu como uma Sociedade de Economia Mista, tendo como finalidade a realização do processamento eletrônico de informações para os órgãos da administração direta e indireta do Estado da Paraíba. Nesse contexto, a CODATA surge como um instrumento estratégico do Estado para modernização da Administração Pública por meio da tecnologia da informação.

O interesse coletivo que justifica a execução do objeto social da CODATA está intrinsecamente relacionado à modernização e à eficiência da administração pública e alinha-se com os objetivos definidos no seu Estatuto Social:

- I. A execução de serviços de processamento eletrônico de dados para os órgãos da administração centralizada e descentralizada do Estado;
- II. O assessoramento técnico aos órgãos da administração pública estadual com vistas ao processamento racional das informações do interesse desses órgãos;
- III. A prestação de serviços de processamento eletrônico de dados a qualquer entidade da administração pública direta ou indireta;
- IV. A execução de outros serviços afins necessários à consecução dos seus objetivos.

A missão da CODATA, reforça seu compromisso em “prover soluções por meio da Tecnologia da Informação para contribuir com a modernização da Administração Pública e promover a excelência no atendimento ao cidadão”. Esse propósito alinha-se diretamente com o interesse público, evidenciando a busca pela eficiência (princípio constitucional previsto no art. 37, *caput* da Carta Magna) e pela qualidade na prestação de serviços públicos.

A visão da CODATA denota o alinhamento com as demandas contemporâneas da sociedade, contribuindo assim para a evolução tecnológica do Estado: “Com crescimento responsável, capacitação dos colaboradores e preço competitivos, a CODATA pretende ser a potencializadora de tecnologia da informação e comunicação no estado da Paraíba, uma empresa moderna e ágil na prestação de seus serviços, alcançando uma abrangência destes até atendermos todo o Estado.”

Os valores da CODATA representam os pilares éticos e profissionais que orientam suas ações. Esses valores não apenas respaldam a execução de seus serviços, mas também reforçam o comprometimento da empresa em agir com responsabilidade e em conformidade com os princípios da administração pública para a adequada realização do interesse coletivo: “Foco no cliente, persistência, espírito de *startup* pública, transparência, busca por desafios, agilidade, eficiência, sustentabilidade e empatia”

3.0 POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivando e cumprindo com sua missão de prestar serviços de tecnologia da informação e comunicação, a CODATA tem prestado os seguintes serviços, atendendo o PPA 2024 - 2027, respectivamente, especificamente aos seguintes programas: Gestão Dinâmica Eficiente e Gestão e Manutenção de Serviços ao Estado, cujos objetivos são:

- Expandir a infraestrutura da rede de alto desempenho (REPAD) para atender todo o Estado da Paraíba;
- Promover a melhoria da infraestrutura de armazenamento e processamento interno e do Estado;
- Melhorar a gestão e o controle da segurança contra crimes cibernéticos;
- Dotar o estado de ferramentas estratégicas para melhoria da gestão de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação;

- Aumentar a capacidade instalada de desenvolvimento e sustentação de software;
- Ampliar a quantidade de desenvolvimento de pontos de funções;
- Ampliar a quantidade de sustentação de pontos de funções;
- Estabelecer parcerias com empresas de telecomunicações e provedores de internet para investir na expansão da rede;
- Aumentar a capacidade física de armazenamento e processamento do DATA CENTER;
- Disponibilizar unidades de serviço de computação em nuvem (USN) para armazenamento e processamento;
- Adquirir um novo DATA CENTER;
- Promover a atualização e correção dos sistemas de segurança e softwares mantidos pela CODATA;
- Ampliar a política de segurança tornando-a mais rigorosa;
- Ampliar as medidas de proteção para dados de acordo com a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados;
- Implantar uma plataforma de georreferenciamento para integrar todos os sistemas do Estado da Paraíba;
- Ampliar a integração eficiente dos principais sistemas estratégicos para mitigar silos de informação;
- Automatizar os processos repetitivos por meio de ferramentas computacionais.

4.0 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A CODATA, comprometida com o aprimoramento constante da administração pública na Paraíba, oferece uma ampla gama de serviços e produtos estratégicos voltados para o atendimento das políticas públicas. O portfólio de produtos e serviços ofertados está detalhado a seguir: Parte superior do formulário

Desenvolvimento de Aplicações: Desenvolvimento de aplicações sob encomenda para atender demandas específicas, de acordo com as necessidades do cliente.

Construção de portais institucionais: Desenvolvimento de Portais seguindo os padrões institucional e de acessibilidade para governos, contemplando customização, importação de conteúdo do portal legado, implantação do DNS e SSL, bem como capacitação da equipe responsável pela gestão do portal. Criação de website e Hospedagem e suporte do website.

Sustentação de soluções desenvolvidas por terceiros: Execução de projetos de recepcionamento de soluções de terceiros contemplando desde o recebimento dos códigos fontes e demais artefatos, por meio do repositório oficial gitCodata; a documentação do ambiente de desenvolvimento; a criação da esteira de integração contínua (quando suportado); a criação dos ambientes de homologação e de produção; até o empacotamento e publicação da solução. Serviços de sustentação de sistemas, suporte à infraestrutura do cliente, administração de Banco de Dados, serviços de segurança da informação entre outros serviços de suporte técnico.

Construção de aplicações Business Intelligence: Construção de aplicações de Business Intelligence visando incrementar a vantagem competitiva, por meio da transformação de dados aparentemente desconexos em informações poderosas, que guiam a tomada de decisão dos gestores com um embasamento sólido, através da coleta, organização e análise de dados que são gerados diariamente nas atividades dos órgãos/entidades.

Software como Serviço: Disponibilização de aplicações tecnológicas sem a necessidade de investimentos em servidores, manutenção, equipe direcionada de TI entre outros recursos que seriam necessários para garantir o bom funcionamento das ferramentas, pagando somente por uma assinatura mensal ou pelos serviços que realmente usar.

SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira: Ferramenta utilizada para a gestão financeira e contábil dos recursos públicos. Tem como objetivo integrar os processos de execução orçamentária, financeira e contábil, proporcionando maior transparência, eficiência e controle na administração dos recursos públicos.

PBDoc - Plataforma Digital para Gestão Documental do Estado da Paraíba: O PBDoc é a Plataforma oficial do Estado da Paraíba para criação e tramitação de documentos eletrônicos. Foi constituído pelo Decreto Estadual N° 40.546, de 17 de setembro de 2020. Documentos contidos no PBDoc podem ser referenciados em

quaisquer processos no âmbito do estado sem a necessidade de serem impressos, conforme a Lei Estadual nº 10.780 de 2016. O PBDoc dispõe de instrumentos para a fácil criação de documentos, expedientes e processos nato digitais, que incluem desde a padronização de modelos de documentos, a numeração automática única, datação e assinatura eletrônica, e ou a digitalização de documentos físicos.

SIGBP – Sistema Integrado de Gestão de Bens Público: O Sistema Integrado de Gestão de Bens Públicos – SIGBP, com a finalidade de gerenciar os processos de aquisição, catalogação, distribuição e controle de materiais, bens patrimoniais móveis e imóveis da Administração Pública Estadual.

Sistema de Folha de Pagamento: aplicação de software desenvolvida para automatizar o processamento de salários, benefícios e descontos de funcionários. Esses sistemas são essenciais para empresas de todos os portes, pois simplificam tarefas complexas relacionadas à remuneração de colaboradores, garantindo conformidade com as leis trabalhistas e previdenciárias.

PBconsig: O PBCONSIG é o Sistema Digital de Consignações da Paraíba, totalmente web e tem a flexibilidade de funcionar, com todos os seus recursos, em qualquer navegador e em qualquer sistema operacional, além de ter vários módulos para garantir este acesso com segurança. O PBCONSIG reúne, em uma plataforma modular, os empréstimos consignados (descontados em folha de pagamento) contratados junto às consignatárias (bancos, associações, sindicatos, cooperativas, prestadoras de serviços etc). No sistema PBCONSIG é possível realizar diversas operações em se tratando de consignação. O sistema tem por objetivo automatizar e controlar os processos de negociação entre o estado ou entidade gerenciada e os bancos (consignatárias), tornando-o mais eficaz e transparente.

APIs como Serviço: Disponibilização de API's, pagando somente por uma assinatura mensal ou pelos serviços que realmente usar.

REPAD – Rede Paraibana de Alto Desempenho: Link de acesso à REPAD, com disponibilização de link de internet com velocidade de 100MB.

Máquinas Virtuais (Hospedagem): Solução permitindo que usuários implantem e gerenciem ambientes virtuais de maneira flexível e eficiente. Este serviço é especialmente valioso para aqueles que precisam de recursos computacionais sob

demanda, sem investir em hardware físico: CPU VIRTUAL (vCPU), MEMÓRIA RAM VIRTUAL (vRAM), ARMAZENAMENTO (GB).

Plataforma de Colaboração e Produtividade: Solução integrada e gerenciada que disponibiliza um espaço colaborativo para seus usuários, com e-mail e calendário, rede social corporativa, chat e videoconferência, armazenamento de arquivos, ferramenta de planejamento, além do Pacote Office, também na nuvem, com benefícios da criptografia de informações e documentos, login único e gestão centralizada. Recursos adicionais de proteção com EMS (Enterprise Mobility + Security), plataforma de segurança e gerenciamento de mobilidade inteligente que ajuda a proteger e garantir a segurança de sua organização e capacita seus funcionários a trabalhar de maneiras novas e flexíveis.

Consultoria em Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: Condução de um diagnóstico de privacidade com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD - 13.709/2018. Condução de um mapeamento do fluxo de dados pessoais para a identificação dos riscos de privacidade de acordo com os princípios, bases legais e outros requisitos previstos na LGPD. Criação de um plano de ação para a jornada de conformidade com a LGPD, contemplando as ações, atividades e recomendações de acordo com os riscos e gaps identificados no diagnóstico. Assessoria na implementação das medidas indicadas no plano de ação, de acordo com as prioridades e prazos definidos. Treinamentos para os funcionários sobre privacidade, proteção de dados pessoais e políticas de privacidade.

Consultoria em Governança: Serviço estratégico voltado para ajudar organizações a estruturar, implementar e aprimorar suas práticas de governança corporativa. A governança é essencial para garantir transparência, eficiência, ética e conformidade em uma empresa ou instituição. A consultoria irá atuar na estruturação da Governança Corporativa, no desenvolvimento de políticas e processos, na gestão de conflitos e tomada de decisão, na conformidade e regulamentação e no treinamento e desenvolvimento. Como benefícios, trará melhorias na transparência, redução de riscos, aumento da eficiência, valorização do órgão e sustentabilidade a longo prazo.

Serviços em nuvem: são ofertados serviços de nuvem pública, solução flexível e eficiente, desenvolvida para atender às necessidades de Tecnologia da Informação. É oferecido uma infraestrutura escalável de alto desempenho, assegurando elevado nível de segurança e performance dos projetos além de uma infraestrutura robusta e com alta

capacidade de processamento, uma gestão básica integrada, permitindo o monitoramento contínuo do consumo de recursos, uma escalabilidade sob demanda, com cobrança proporcional ao uso efetivo e uma confiabilidade e proteção avançada para aplicações e dados sensíveis. Além disso, são ofertados serviços de nuvem privada, solução ideal para organizações que buscam infraestrutura como serviço (IaaS), com ênfase em segurança, escalabilidade e autonomia, com recursos de processamento, memória e armazenamento de dados disponibilizados em ambiente Kubernetes, elevada disponibilidade e confiabilidade para aplicações corporativas, provisionamento ágil e liberação eficiente dos recursos contratados e redução do esforço operacional de gerenciamento, promovendo maior eficiência nos processos.

5.0 METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A CODATA, alinhada com as metas estabelecidas para políticas públicas, direciona suas atividades para a modernização da administração pública na Paraíba. Destacando-se pela expertise e competência do seu corpo técnico, a Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA) possui duas diretorias estratégicas: a Diretoria de Infraestrutura de TI e Comunicações (DITEC) e a Diretoria de Sistemas (DIDES). Além disso, possui áreas estratégicas ligadas diretamente a presidência, como a Coordenação de LGPD.

A DITEC é responsável pela gestão e manutenção da infraestrutura tecnológica essencial para o funcionamento dos sistemas e serviços oferecidos pela CODATA. Esta diretoria desempenha um papel crucial ao garantir a disponibilidade, segurança e integridade dos sistemas de informação, redes de comunicação e demais recursos tecnológicos. Além disso, ela assegura que a infraestrutura esteja alinhada com as melhores práticas de segurança cibernética, garantindo a proteção dos dados e a continuidade dos serviços.

Já a DIDES é responsável pelo desenvolvimento, atualização e aprimoramento dos sistemas e soluções de tecnologia da informação oferecidos pela CODATA. Por meio de uma equipe altamente qualificada, essa diretoria trabalha na criação de soluções inovadoras que atendam às demandas e necessidades da administração pública estadual.

Além disso, ela está constantemente buscando por novas tecnologias e metodologias de desenvolvimento para aprimorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

No cenário digital atual, a privacidade e a segurança dos dados pessoais têm se tornado preocupações preeminentes. Com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), diretrizes rigorosas foram implementadas para o tratamento de informações pessoais e a Coordenação de LGPD é fundamental para garantir a conformidade com a legislação e a proteção dos dados pessoais tratados.

As áreas estratégicas citadas acima desempenham um papel fundamental no cumprimento da missão da CODATA de prover soluções de tecnologia da informação que contribuam para a modernização da administração pública e a excelência no atendimento ao cidadão.

As diversas iniciativas conduzidas pela CODATA, orientadas na direção do cumprimento e realização das políticas públicas, estão detalhadas a seguir.

5.1 Projetos da Diretoria de Infraestrutura de TI e Comunicações (DITEC)

Com foco estratégico nos investimentos necessários, o planejamento em projetos de Segurança da Informação, Infraestrutura e Redes é importante para suportar o crescimento contínuo da empresa. O cenário atual de expansão exige um fortalecimento das bases tecnológicas, garantindo que a segurança, a infraestrutura e as redes estejam preparadas para atender à demanda crescente e para garantir a continuidade dos negócios.

Abaixo serão detalhados os projetos previstos para cada uma dessas áreas, destacando as prioridades e os recursos necessários para garantir que continuemos a operar de forma eficiente, segura e escalável. Este esforço é fundamental para a mitigação de riscos, a melhoria da performance operacional e o alinhamento com os objetivos estratégicos da organização.

5.1.1 - Firewalls

Objetivo/Escopo: A CODATA é provedora de serviço de internet para o governo do estado da Paraíba, utiliza o software PFSense como solução de firewall (O pfSense é open source, licenciado sob BSD license, baseado no sistema operacional FreeBSD e adaptado

para assumir o papel de um firewall e/ou roteador de redes). No entanto, o PFSense não possui as características de um firewall UTM (Unified Threat Management - é um software que reúne várias funções de segurança e produtividade em um único dispositivo), o que motivou a CODATA a considerar a migração para um NGFW (Next-Generation Firewall), tanto para a Borda, como para Rede Interna e rede de Clientes.

5.1.2 WAF - Web Application Firewall

Objetivo/Escopo: Atualmente, as aplicações web da CODATA estão expostas a diversas ameaças cibernéticas, incluindo injeções de SQL, cross-site scripting (XSS) e ataques de negação de serviço (DoS) na camada de aplicação. Essas vulnerabilidades podem comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e serviços fornecidos. Um WAF atua como uma barreira de segurança entre as aplicações web e a internet, monitorando e filtrando o tráfego HTTP/HTTPS para identificar e bloquear atividades maliciosas. Diferentemente dos firewalls tradicionais, que protegem a infraestrutura de rede, o WAF foca especificamente na proteção das aplicações web e API's, oferecendo defesa contra-ataques que exploram vulnerabilidades no código ou na configuração dessas aplicações

5.1.3 Rede REPAD

Objetivo/Escopo: A atual Rede Paraibana de Alto Desempenho (REPAD) possui como ativos de rede principais, switches, roteadores e transceivers da marca Brocade. São modelos como ICX6610, ICX6450, ICX6430 e MLXe-8 que estão em funcionamento a cerca de 10 anos e não possuem mais garantia, suporte e nem atualizações do fabricante.

Em termos de quantitativo de clientes, a rede continua em crescimento, no entanto não houve evolução tecnológica devido as limitações dos equipamentos. Estes modelos utilizados na REPAD apresentaram um bom desempenho durante estes anos, porém a medida que novos serviços têm sido prestados, novos clientes têm adentrado a rede e o consumo de banda também crescido, a rede encontra-se em um momento o qual necessita ser reestruturada de forma que seja capaz de suprir a demanda gerada pelo Governo do Estado.

5.1.4 InfraEstrutura D/R

Objetivo/Escopo: A adoção de uma infraestrutura hiperconvergente para o Disaster Recovery é essencial para assegurar a continuidade dos nossos processos de negócios, garantir a integridade dos dados e minimizar os riscos em situações adversas. A solução proposta proporciona alta disponibilidade, redução de custos, escalabilidade e segurança, ao mesmo tempo em que simplifica a gestão e a manutenção da infraestrutura. Considerando os benefícios apresentados, a aquisição desta tecnologia é um investimento estratégico para a empresa, promovendo não apenas a segurança dos dados, mas também a eficiência operacional a longo prazo.

5.1.5 DLP - Data Loss Prevention

Objetivo/Escopo: A Ferramenta de DLP ajuda a identificar e bloquear o compartilhamento ou o envio de informações confidenciais para fora da empresa, seja por e-mail, dispositivos móveis ou armazenamento em nuvem. A solução assegura que a empresa esteja em conformidade com regulamentos de proteção de dados, como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e o GDPR, evitando multas e danos à reputação. Monitora e controla o tráfego de dados, evitando tanto erros humanos quanto ações maliciosas de funcionários ou hackers, que podem comprometer a segurança da informação além de fornecer visibilidade sobre o uso e o compartilhamento de dados sensíveis, permitindo que a empresa tome ações corretivas rapidamente.

5.1.6 NDR - Network Detection and Response

Objetivo/Escopo: O NDR oferece uma camada adicional de defesa, monitorando e detectando comportamentos anômalos e potenciais ataques na rede em tempo real. A adoção de NDR permite identificar e responder a atividades maliciosas em tempo real, seja por meio da detecção de assinaturas de ataques conhecidos ou através do uso de Machine Learning para identificar comportamentos anômalos que possam indicar novas ameaças.

5.2 Projetos da Diretoria de Sistemas (DIDES)

A CODATA é responsável pelo gerenciamento, operação, segurança de diversos sistemas e respectiva custódia dos dados no âmbito do Governo do Estado da Paraíba, atendendo toda a Administração Pública estadual e a população paraibana direta ou indiretamente. Estes sistemas lidam com dados sensíveis e, portanto, necessitam de uma atenção especial em relação à segurança e privacidade dos seus usuários.

Nos últimos anos, principalmente a partir das demandas de governo digital, a procura por sistemas para a disponibilização de serviços públicos digitais cresceu significativamente. O Estado da Paraíba foi reconhecido por dois anos consecutivos como o estado que oferece o maior número de serviços públicos digitais à sua população, segundo levantamento da ABEP TIC.

Atualmente, a CODATA dá sustentação a diversos projetos de software – que estão acondicionados no repositório. São aplicativos voltados para atender às necessidades dos diversos órgãos do estado da Paraíba, inclusive, obrigações legais e de transparência, a exemplo do SIAF – Sistema Integrado de Administração Financeira e do PBdoc.

Por isso a DIDES - Diretoria de Sistemas realiza, anualmente, um planejamento com a equipe de trabalho para organizar as metas e atividades a serem percorridas no exercício consecutivo. Desta forma, este documento descreve as metas, objetivos e projetos que foram executados em 2024.

5.2.1 Desenvolvimento de software de Prova de vida

Objetivo/Escopo: Desenvolver um sistema digital seguro e acessível, integrado com o GOV.BR, que permita aos aposentados do estado realizarem a prova de vida remotamente, garantindo a continuidade dos benefícios previdenciários e a integridade das informações dos beneficiários, além de manter o registro correto das aposentadorias da PBPrev.

Status do projeto: Realizado

5.2.2 Evolução técnica do Pbdoc

Objetivo/Escopo: Modernizar e otimizar a plataforma estadual de criação e tramitação de documentos eletrônicos, Pbdoc, visando aumentar a eficiência, segurança, usabilidade e transparência dos processos administrativos, promovendo a transformação digital da gestão pública e garantindo maior celeridade, padronização e acessibilidade na produção, tramitação e arquivamento de documentos eletrônicos. Além disso, melhorar a sustentação e evolução da plataforma e suas possibilidades de integrações. Para isso, implementar a migração do Pbdoc para uma plataforma mais moderna, utilizando código proprietário.

Status do projeto: Em andamento

5.2.3 Modernização do sistema do DETRAN

Objetivo/Escopo: Modernizar a infraestrutura tecnológica do DETRAN por meio da migração dos sistemas legados atualmente hospedados em mainframe para uma arquitetura moderna, escalável e segura, promovendo maior eficiência operacional, melhoria na prestação de serviços ao cidadão e redução de custos de manutenção.

Status do projeto: Em andamento

5.2.4 TransferePB

Objetivo/Escopo: Com a Integração do sistema com a plataforma BBágil, do Banco do Brasil, assegurar a transparência, a eficiência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos estaduais, por meio da sistematização, análise e divulgação acessível das informações contábeis, financeiras e orçamentárias, promovendo o controle social e subsidiando a tomada de decisões por parte dos gestores públicos e da sociedade, além de monitorar o uso de recursos que são fornecidos do estado para os municípios, para prestação de contas do estado pela CGE.

Status do projeto: Em andamento

5.2.5 DonaVera

Objetivo/Escopo: Uma solução baseada em inteligência artificial para a apresentação de registros documentais de forma estruturada, utilizando metadados para catalogação, organização e recuperação eficiente da informação, com o intuito de agilizar o acesso à informação.

Status do projeto: Realizado

5.2.6 Simulador de aposentadoria

Objetivo/Escopo: Com o intuito de atender as demandas de digitalização do Estado, junto a PBPrev, desenvolver uma ferramenta de simulação de aposentadoria personalizada para os servidores públicos estaduais, com o intuito de oferecer previsões precisas e acessíveis sobre os diferentes regimes e regras de aposentadoria vigentes, promovendo maior planejamento financeiro, transparência e suporte à tomada de decisão por parte dos segurados e da administração pública.

Status do projeto: Em andamento

5.2.7 Portal de pessoas desaparecidas

Objetivo/Escopo: Um portal digital integrado e acessível para a Polícia Civil da Paraíba, com o objetivo de otimizar a gestão de informações sobre pessoas desaparecidas e facilitar a comunicação com a população.

Status do projeto: Em andamento

5.2.8 Monitoramento de informações de terceirizados

Objetivo/Escopo: Desenvolver e implementar um sistema integrado de monitoramento e gestão de dados de trabalhadores terceirizados no âmbito estadual, com o intuito de fornecer informações precisas, atualizadas e acessíveis ao Portal da Transparência, promovendo a *accountability*, o controle social e a eficiência na gestão pública.

Status do projeto: Realizado

5.2.9 Acompanhamento de Obras do Estado

Objetivo/Escopo: Estabelecer um sistema eficiente de monitoramento, controle e avaliação das obras públicas estaduais, visando garantir a transparência, a qualidade, o cumprimento de prazos, a correta aplicação dos recursos públicos e uma base de dados unificada e integrada.

Status do projeto: Realizado

5.2.10 Recadastramento de condutores do estado

Objetivo/Escopo: Atualizar e consolidar a base de dados dos condutores registrados no estado da Paraíba, por meio de um processo de recadastramento sistemático, a fim de garantir maior segurança, eficiência na gestão de informações, e conformidade com as normas de trânsito vigentes.

Status do projeto: Realizado

5.2.11 Portal PB Digital

Objetivo/Escopo: Desenvolver e implementar um portal digital unificado de serviços públicos do Estado da Paraíba, com o intuito de facilitar o acesso da população a informações e serviços governamentais, promovendo a transparência, a eficiência administrativa e a melhoria na qualidade do atendimento ao cidadão.

Status do projeto: Em andamento

5.2.12 SIAF 5.0

Objetivo/Escopo: Promover a evolução técnica e as adequações legislativas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo do Estado da Paraíba - SIAF, visando garantir maior eficiência, transparência, conformidade legal e suporte às demandas crescentes da gestão pública estadual. Além disso, executar a migração da infraestrutura do SIAF, transferindo sua operação do ambiente mainframe para a nuvem.

Status do projeto: Em andamento

5.2.13 SPP – Sistema de Procedimentos Policiais

Objetivo/Escopo: Trâmite interno documental da polícia, com previsão de integração com o sistema PJE, que busca desenvolver um sistema de gestão de procedimentos policiais que otimize o registro, o acompanhamento e a consulta de ocorrências, garantindo maior eficiência, organização e segurança nas atividades administrativas e operacionais das forças de segurança pública.

Status do projeto: Em andamento

5.2.14 Consulta de processos PBDoc

Objetivo/Escopo: Desenvolver e implementar uma solução de consulta pública que permita o acesso transparente, seguro e eficiente às informações de processos tramitados por meio do sistema eletrônico de criação e gestão de documentos, promovendo a participação cidadã, a transparência institucional e o controle social das atividades administrativas.

Status do projeto: Realizado

5.2.15 Vila Olímpica

Objetivo/Escopo: Desenvolver um sistema de gestão de turmas e cursos para a Vila Olímpica, visando otimizar a organização, o controle e o acompanhamento das atividades esportivas, facilitando o acesso às informações por gestores, professores e participantes.

Status do projeto: Em andamento

5.2.16 Se joga PB

Objetivo/Escopo: Desenvolver um sistema digital eficiente e intuitivo que permita a inscrição de participantes em jogos e o cadastro, gerenciamento e consulta das regras associadas a cada modalidade, com o intuito de otimizar a organização, garantir a transparência e facilitar o acesso às informações por todos os envolvidos.

Status do projeto: Em andamento

5.3 Projetos da Coordenação de LGPD

5.3.1 Reestruturação do Inventário de Dados Pessoais e continuidade no seu preenchimento

Atendendo ao art. 37 da LGPD, o qual aduz que “o controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem”, e também com base na planilha compartilhada pelo Governo Federal, foi dada continuidade ao IDP, com uma nova metodologia: a de entrevistar e fazer em conjunto com os setores.

5.3.2 Atualização do Guia de Boas Práticas no Tratamento de Dados Pessoais

Esse documento tem como finalidade fornecer orientações e boas práticas sobre as operações no tratamento de dados pessoais para os agentes públicos da Companhia de Processamento do Estado da Paraíba - CODATA/PB, de acordo com o art. 50 da Lei Geral de Proteção de Dados.

5.3.3 Criação do Termo de Sigilo e Confidencialidade dos Colaborados da Codata

Ou também conhecido como NDA (“Non Disclosure Agreement”), ou Acordo de Não Divulgação, ou Termo de Sigilo e Confidencialidade, é um instrumento jurídico que prevê, legalmente, obrigações entre as partes, sobre a confidencialidade de dados e/ou informações específicas, fazendo-se cumprir as determinações previstas.

5.3.4 Coleta de todas as assinaturas do Termo de Sigilo e Confidencialidade

Foi publicada a Portaria nº 82/2024, na qual fala da obrigatoriedade da assinatura do novo Termo de Sigilo e Confidencialidade, que foi feita através do sistema PDS. Todos os Termos são enviados para a caixa do PBdoc da Coordenação de LGPD, onde foi feito o controle das assinaturas.

5.3.5 Incorporação da LGPD no processo de desenvolvimento

Apesar da CLGPD ser chamada para avaliar alguns sistemas, isso ainda é feito de maneira informal. Pensando nisso, foi desenhado no processo de desenvolvimento a participação da CLGPD, em colaboração com o projeto AYTU.

5.3.6 Criação de notícias e informativos para sensibilização dos colaboradores acerca da privacidade enviados pelos canais oficiais

Essas notícias e informativos são ações que visam principalmente a mudança cultural quanto ao tratamento de dados pessoais. No mais, na própria LGPD (art. 50, I, “a”) verifica-se que o PGP deve demonstrar o comprometimento do controlador em adotar processos e políticas internas que assegurem o cumprimento de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais, o que poderá ser incentivado por meio da campanha de publicidade e conscientização. No ano de 2024 foram publicadas 8 notícias na Intranet.

5.3.7 Participação em reuniões periódicas acompanhando o Comitê Estadual de LGPD e início da implementação de todo o Estado

Conforme indica o Decreto Estadual nº 41.238/2021, deve ter um membro da CODATA indicado para o Comitê Executivo de Proteção de Dados Pessoais do Estado da Paraíba. Assim, a Encarregada de Proteção de Dados da CODATA foi indicada para fazer parte do Comitê, e tem como função auxiliar na implementação de LGPD do Estado da Paraíba.

5.3.8 Atividades desenvolvidas X Metas estabelecidas

Abaixo, segue a relação do que foi entregue neste exercício fiscal de 2024 com as metas previstas no Planejamento Estratégico do final de 2023:

- **2023:** Realização de treinamentos e momentos de sensibilização sobre proteção de dados pessoais: com objetivo de cumprir com as legislações que versam sobre a LGPD, através de workshops, cursos, elaboração de um plano de treinamentos, postagens de notícias na intranet X **2024:** Criação de notícias e informativos para sensibilização dos colaboradores acerca da privacidade enviados pelos canais oficiais.
- **2023:** Atualizar o Guia de Boas Práticas da CODATA do ano de 2022 X **2024:** Atualização do Guia de Boas Práticas no Tratamento de Dados Pessoais.
- **2023:** Se inserir no processo de desenvolvimento: para que a Coordenação possa atuar melhor na adequação da criação de sistemas à LGPD X **2024:** Incorporação da LGPD no processo de desenvolvimento.
- **2023:** Reestruturar o Inventário de Dados Pessoais da CODATA: visto que houve mudanças no fluxo dos processos e alguns setores ainda não preencheram o IDP X **2024:** Reestruturação do Inventário de Dados Pessoais e continuidade no seu preenchimento.

6.0 RECURSOS PARA CUSTEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA) gera receitas por meio da prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para órgãos públicos, prefeituras e empresas privadas como Instituições financeiras. Isso inclui desenvolvimento de software, hospedagem de sistemas, gestão de infraestrutura de TI, entre outros. Por meio dos recursos advindos das prestações dos serviços citadas, e por se tratar de uma empresa pública independente a CODATA tem recurso próprio, na fonte 501, podendo solicitar aportes financeiro ao Estado da Paraíba apenas para aquisições de equipamentos e de softwares.

As receitas advindas da prestação de serviços são uma importante fonte de recursos para financiar as operações da empresa, assim como as políticas públicas de acordo com o Plano Plurianual do estado da Paraíba, no qual a CODATA desempenha um papel estratégico no apoio à implementação dessas políticas públicas, fornecendo soluções tecnológicas e serviços de tecnologia da informação que ajudam a melhorar a eficiência, transparência e qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. Seu papel no PPA do estado envolve contribuir para alcançar os objetivos e metas

estabelecidos no plano, especialmente no que diz respeito à modernização e transformação digital do governo.

7.0 - IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação ao desempenho econômico-financeiro da empresa em 2024, a CODATA obteve um aumento considerável em suas receitas o que demonstra que a empresa está sempre alinhada com as prioridades governamentais de modernização dos serviços públicos do estado da Paraíba, o que pode impulsionar sua demanda e lucratividade. A empresa apresentou um lucro real fiscal de R\$ 1.194.390,20. Entretanto, em seu resultado contábil apresentou um prejuízo de R\$ 2.702.94,82 conforme DRE, em decorrência aos registros das provisões trabalhistas de 2024 no valor de R\$ 3.636.722,26.

Na Tabela 1 são apresentados alguns relatórios que auxiliam na análise dos resultados da empresa no ano de 2024.

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Tabela 1: Demonstrativo econômico-financeira

	2024	2023	2022
(+) Receitas Líquidas do Exercício	73.291.850,11	65.726.286,89	54.248.838,42
(-) Despesas Líquidas do Exercício	75.734.280,06	62.804.035,00	55.871.058,76
(=) Lucro ou Prejuízo do Exercício antes da CS e do IR	2.442.429,95	2.922.251,89	-1.622.220,34
(=) Lucro ou Prejuízo do Exercício	-2.702.694,82	2.276.944,51	-1.622.220,34
(=) Patrimônio Líquido	2.961.125,38	5.704.440,13	3.389.831,62
(+) Capital + Reservas	71.918.810,92	71.918.810,92	3.389.831,62
(-) Prejuízos Acumulados	68.957.685,54	66.214.370,79	68.528.979,3
ATIVO			
Circulante	9.033.020,12	6.718.141,10	7.440.566,53
Realizável a Longo Prazo	42.820,75	42.820,75	42.820,75
Imobilizado – depreciação acumulada	4.160.884,22	2.939.184,56	2.593.417,49
Total do Ativo	13.236.725,09	9.700.146,41	10.076.804,77
PASSIVO			
Circulante	10.275.599,71	3.995.706,28	6.686.973,15
Não Circulante			
Patrimônio Líquido	2.961.125,38	5.704.440,13	3.389.831,62
Total do Passivo	13.236.725,09	9.700.146,41	10.076.804,77

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		2024	2023	DIFERENÇA	
				%	R\$
(+)	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	73.237.027,62	65.502.251,03	11,81	7.734.776,59
	Prestação de Serviços	73.237.027,62	65.502.251,03	11,81	7.734.776,59
	(-) Deduções da Receita	-12.565.353,61	-9.207.399,55	36,47	-3.357.954,06
(=)	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	60.671.674,01	56.294.851,48	7,77	4.376.822,53
(-)	CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS	-48.462.963,07	-42.175.996,37	14,91	-6.286.966,70
(=)	LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	12.208.710,94	14.118.855,11	-13,53	-1.910.144,17
(-)	DESPESAS OPERACIONAIS	-14.651.140,89	-11.263.188,22	30,08	-3.387.952,67
	Despesas Adm. e Gerais	-14.700.631,36	-11.415.740,30	28,78	-3.284.891,06
	(-) Despesas Financeiras	-5.332,02	(4.898,78)	8,84	-433,24
	(+) Receita Financeiras	54.822,49	157.450,86	-0,28	-433,24
	Outras Receitas		66.585,00		-66.585,00
(-)	LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	2.442.429,95	2.922.251,09	-183,58	-5.364.681,84
(=)	LUCRO (PREJUÍZO) EXERC. A. DA C. SOCIAL E DO I.R.	-2.442.429,95	2.922.251,89	-183,58	-5.364.681,84
	IRPJ	185.018,29	397.112,23		
	CSLL	75.246,58	248.195,15		
(=)	LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-2.702.694,82	2.276.944,51	-218,70	-4.979.639,33

8.0 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de controle da CODATA (Figura 1) é formada pela Assembleia Geral de acionistas e pela administração da Companhia, formada por um Conselho de Administração, que é órgão de deliberação colegiada e por uma Diretoria, de natureza executiva, com poderes e atribuições definidos por lei e pelo Estatuto Social.

a) Assembleia Geral:

Conforme estabelecido no estatuto social, desempenha um papel central na tomada de decisões estratégicas e na gestão de riscos. Com amplos poderes, a Assembleia é responsável por reformar o estatuto, eleger/destituir membros dos Conselhos, avaliar as contas dos administradores e deliberar sobre demonstrações financeiras. Suas competências incluem lidar com situações extraordinárias, como transformações e fusões, e promover ações de responsabilidade civil contra administradores por prejuízos. A Assembleia Geral é vital para a governança corporativa e contribui significativamente para o gerenciamento de riscos, garantindo a adaptabilidade e integridade da empresa.

b) Conselho de Administração:

Constituído de 3 (três) membros, acionistas, pessoas naturais, residentes no País, eleitos para um mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, podendo ser destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral que designará o seu Presidente.

No contexto do gerenciamento de riscos, o Conselho de Administração assume uma posição estratégica. Sua responsabilidade inclui a avaliação contínua dos riscos que

a empresa enfrenta e a formulação de políticas para mitigá-los. A frequência das reuniões, no mínimo mensais, evidencia a importância atribuída à supervisão ativa e à capacidade de resposta rápida diante de desafios imprevistos. Em resumo, o Conselho de Administração da CODATA exerce um papel fundamental no gerenciamento de riscos, na definição de estratégias, contribuindo para o sucesso e a sustentabilidade da empresa.

c) Conselho Fiscal:

Constituído de 03 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, pessoas naturais, residentes no País, com reputação ilibada, além de formação acadêmica ou experiência profissional compatíveis com a responsabilidade e a complexidade do exercício da função, demonstradas mediante apresentação de currículo, e que tenham exercido, por prazo mínimo de 03 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na Administração Pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador de empresa, eleitos, anualmente, pela Assembleia Geral, permitida a reeleição.

Caberá ao Chefe do Poder Executivo indicar 01 (um) membro para o Conselho Fiscal, dentre aqueles ocupantes do cargo de Auditor da Controladoria Geral do Estado da Paraíba, bem como 01 (um) membro dentre os ocupantes do cargo de Procurador do Estado da Paraíba, nos termos do que estabelece o art. 3º, V, da Lei Complementar Estadual nº 86/2008.

Suas responsabilidades incluem fiscalizar os atos dos administradores, emitir parecer sobre o relatório anual da administração, opinar sobre propostas dos órgãos da administração e denunciar eventuais irregularidades. A capacidade de convocar assembleias gerais, a análise regular das demonstrações financeiras e a participação em reuniões do Conselho de Administração fortalecem a atuação do Conselho Fiscal. Em suma, o Conselho Fiscal desempenha um papel crucial na garantia da transparência, responsabilidade e efetividade na gestão da CODATA.

d) Diretoria Executiva:

Composta de 4 (quatro) diretores, designados Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Infraestrutura de TI e Comunicações, Diretor de Sistemas, acionistas ou não, pessoas naturais, residentes no País, eleitos com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas reconduções.

A Diretoria Executiva da CODATA desempenha um papel crucial na gestão da empresa. Possui diversas atribuições, incluindo o cumprimento do estatuto social, elaboração do orçamento, assinatura de contratos e representação da empresa. Cada diretor possui responsabilidades específicas, contribuindo para a continuidade estável da gestão e promovendo transparência e *accountability*. A atenção à gestão de riscos é fundamental para a sustentabilidade da CODATA e o uso responsável dos recursos financeiros.

Além disso, abaixo das Diretorias Executivas, existem as gerências e coordenações, que possuem papel fundamental na organização, buscando garantir que os objetivos estratégicos, operacionais e táticos sejam alcançados de forma eficiente e alinhada com as necessidades tecnológicas. Esses níveis de liderança possuem responsabilidades distintas, mas interdependentes, que contribuem para o sucesso geral da organização (Figura 2).

As gerências em TI operam em níveis estratégicos e táticos, sendo responsáveis por alinhar as iniciativas de tecnologia com os objetivos do negócio. Suas principais responsabilidades incluem o planejamento estratégico de TI, a gestão de recursos, a governança de TI, a inovação e transformação digital, a liderança de equipes técnicas e as parcerias e relacionamentos com clientes e fornecedores. Já as coordenações em TI atuam no nível operacional e tático, sendo responsáveis por implementar os planos definidos pela gerência e supervisionar as equipes técnicas. As responsabilidades incluem a gestão de projetos e entregas, a supervisão operacional, a comunicação entre níveis, a garantia da qualidade, o suporte às equipes e o foco na inovação e eficiência.

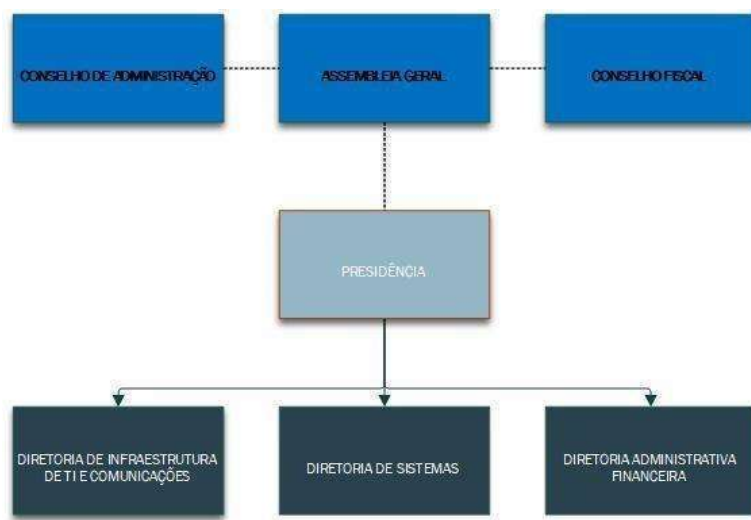


Figura 1- Estrutura Organizacional (Alta Direção)

Abaixo, Segue o organograma e o corpo gerencial da CODATA:

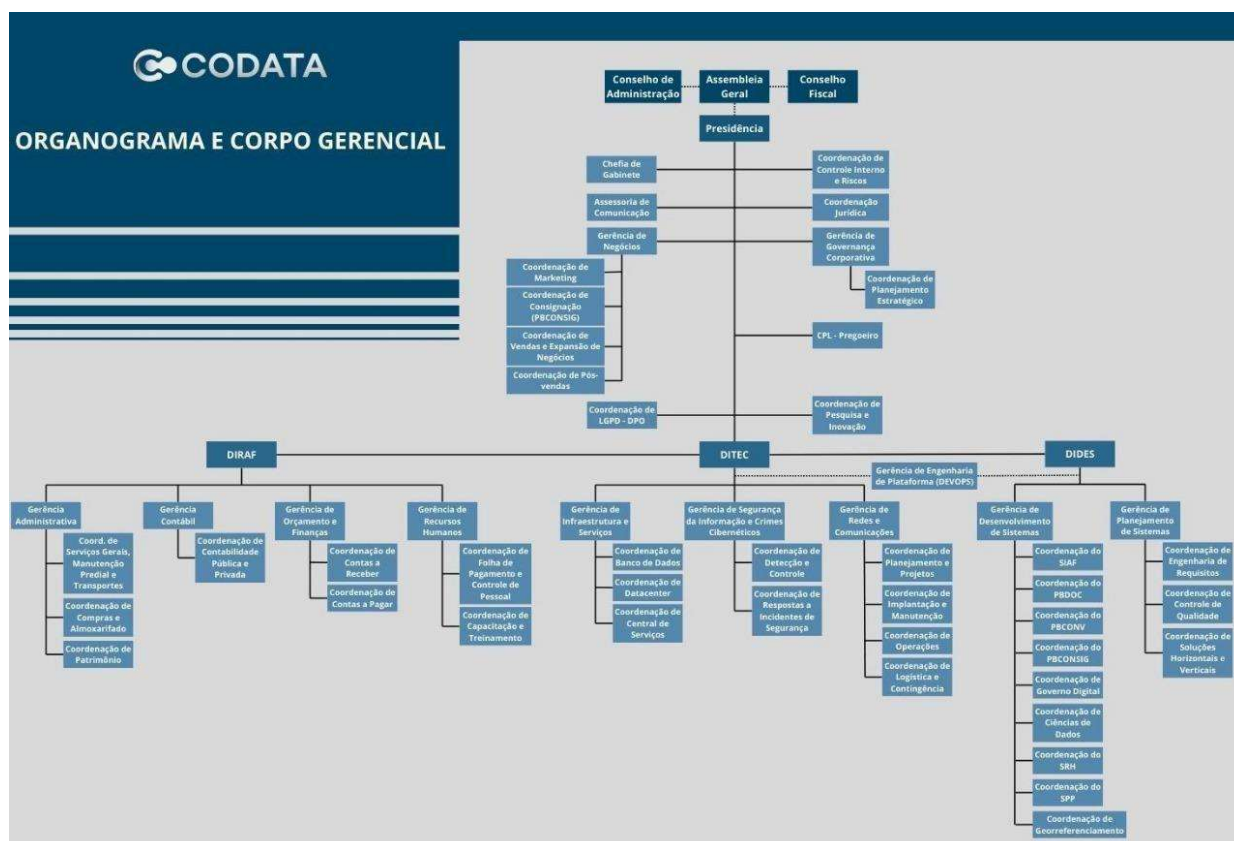


Figura 2 – Organograma e corpo gerencial da CODATA

Para uma melhor comunicação, alinhamento interno e monitoramento do desempenho da empresa, foi elaborado o Mapa Estratégico Institucional do ciclo 2024-2027 (Figura 3). O objetivo desse Mapa Estratégico é fornecer uma visão clara e estruturada da estratégia organizacional, conectando objetivos de longo prazo às ações e iniciativas necessárias para alcançá-los. Ele é importante pois possui a capacidade de transformar a estratégia em algo visual, claro e mensurável, funcionando como um guia estruturado que ajuda a organização a alcançar seus objetivos de maneira eficiente e alinhada

Segue abaixo o Mapa Estratégico Institucional do ciclo 2024-2027 da CODATA:

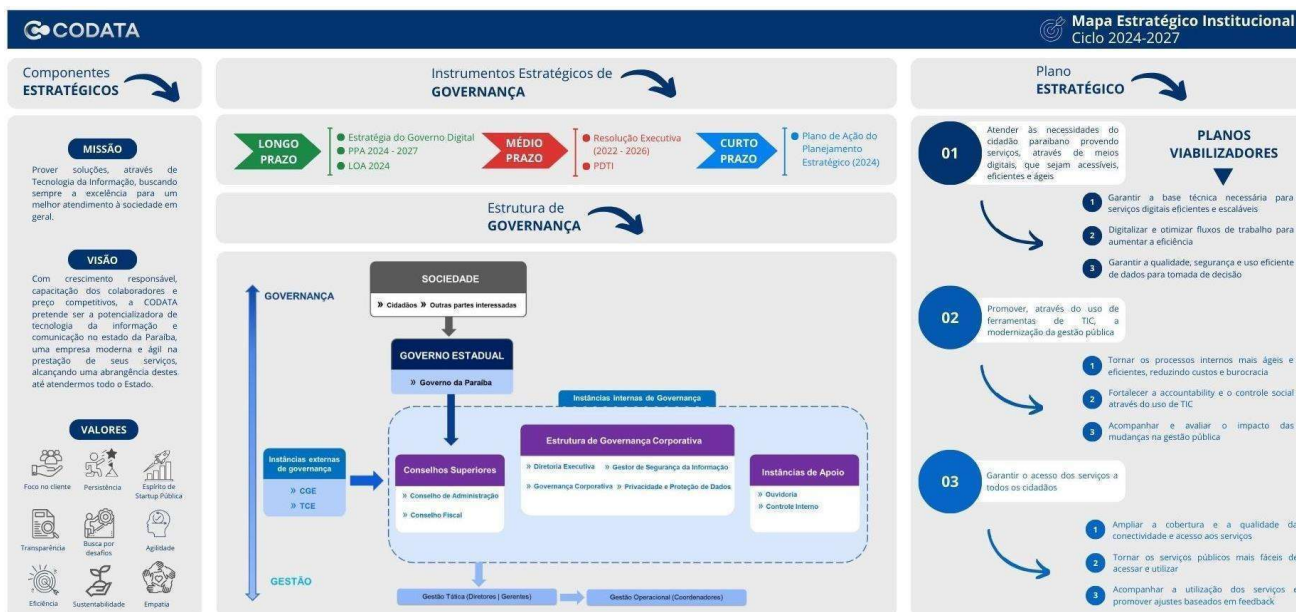


Figura 3 – Mapa Estratégico Institucional da CODATA

9.0 FATORES DE RISCO

A exposição a incertezas é inerente às atividades organizacionais e deve ser gerenciada de forma estruturada, a fim de minimizar impactos negativos e evitar perdas operacionais. A identificação antecipada de riscos permite mitigar seus efeitos, prevenindo elevações de custo, interrupções nos serviços e comprometimento de resultados. Quando metas, planos e estratégias estão alinhados a uma abordagem eficaz de gestão de riscos, a CODATA se fortalece no cumprimento de sua missão, objetivos e valores institucionais.

A gestão de riscos corporativos contribui diretamente para a formulação e execução das estratégias da CODATA, melhora o fluxo de informações, apoia o cumprimento da legislação aplicável e promove o desenvolvimento organizacional sustentável, além de proteger a imagem institucional. Toda vulnerabilidade — real ou potencial — deve ser identificada, avaliada e tratada pelos gestores com base em metodologia apropriada.

O processo de gestão de riscos da CODATA abrange o mapeamento, avaliação, classificação e tratamento dos riscos, desenvolvido internamente.

Entre os principais tipos de riscos considerados estão:

- **Riscos de Segurança da Informação**, como ataques cibernéticos que comprometam a continuidade dos serviços;
- **Riscos Financeiros**, incluindo ameaças que podem afetar a integridade e confiabilidade das demonstrações financeiras, ocasionando à probabilidade de prejuízos financeiros decorrentes de fatores internos e externos que afetam a sua capacidade de gerar receita, gerir o capital e honrar suas obrigações;
- **Riscos de Conformidade**, como à probabilidade de que a organização não cumpra as leis, regulamentações, normas internas e códigos de conduta aplicáveis, o que pode resultar em penalidades, danos à reputação e outros prejuízos, como por exemplo, o descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018);
- **Riscos Operacionais**, relacionados a falhas em processos, sistemas ou infraestrutura.

A CODATA conta com uma estrutura de Governança vinculada diretamente à Presidência e ao Conselho de Administração, responsável por assegurar a conformidade normativa, realizar a gestão de riscos corporativos e manter os controles internos eficazes.

Fatores Internos:

1. **Integração de Tecnologias legadas:** A CODATA enfrenta desafios significativos relacionados a integração de sistemas antigos com as novas tecnologias o que pode gerar problemas de compatibilidade, segurança e performance, exigindo planejamento e esforços extra.
2. **Falta de Habilidades e Capacitação Contínua:** A falta de profissionais capacitados para lidar com novas tecnologias compromete a execução de projetos e o atendimento às demandas do mercado. Assim, a ausência de programas estruturados de capacitação representa um risco, pois limita o desenvolvimento de competências administrativas, gerenciais e técnicas e dificulta a adaptação da equipe aos avanços tecnológicos.

3. **Complexidade de Planos de Recuperação:** A infraestrutura fragmentada (legado on-premise e múltiplas nuvens) exige um Plano de Recuperação de Desastres (DR) que coordene diferentes tecnologias, SLAs e mecanismos de continuidade. Essa heterogeneidade eleva o risco operacional, sobretudo sem o mapeamento claro das interdependências entre sistemas legados e serviços em nuvem.
4. **Infraestrutura e Obsolescência Tecnológica:** A infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da CODATA pode ser afetada pela incompatibilidade com soluções modernas atreladas a sistemas legados, além de ter um alto custo de manutenção, o que pode impactar negativamente a segurança e eficiência operacional.
5. **Dependência de Fábrica de Software:** A dependência de uma fábrica de software pode representar um ponto de vulnerabilidade, tornando a CODATA suscetível a possíveis interrupções no fornecimento de soluções tecnológicas.
6. **Gestão Orçamentária:** A subestimação de custos em projetos tecnológicos; atrasos em desembolsos e execução de cronogramas financeiros; e insuficiência de saldos e reserva orçamentária.
7. **Processos de Despesas:** Atrasos no trâmite dos processos entre os setores, no envio dos processos ao setor responsável pela emissão de empenhos por parte dos gestores dos contratos e nos pagamentos dos tributos ou outras despesas que geram multas e juros.
8. **Eficiência Operacional:** Processos financeiros manuais que aumentam a possibilidade de erros. Falta de integração entre as áreas, dificultando a tomada de decisão.
9. **Litígios:** Necessidade de formalização de contratos claros e detalhados, criação de cláusulas de resolução alternativa de disputas.
10. **Monitoramento de Jurisprudências:** Necessidade de ajustes em contratos, políticas e operações continuamente, junto a mudanças legais.
11. **Análise Tributária:** Análise e interpretação do direito tributário para um planejamento tributário eficiente.

Fatores Externos:

1. **Demanda Crescente no Datacenter:** O crescimento rápido da demanda no datacenter, aliado à ausência de disciplinamento no uso desses recursos, representa uma ameaça à disponibilidade e eficiência dos serviços prestados pela CODATA.
2. **Ausência de Planejamento Integrado de TIC na Administração Pública:** A inexistência de diretrizes consolidadas para o planejamento de tecnologia da informação e comunicação (TIC) nos órgãos da administração pública dificulta a articulação estratégica entre as partes envolvidas, limitando a capacidade da CODATA de atuar de forma coordenada e eficiente. Além disso, a evolução constante da Tecnologia da Informação, em meio à concorrência com empresas privadas especializadas, demanda da CODATA um planejamento mais robusto, com estratégias mais adaptativas e inovadoras.
3. **Inadimplência e restrições regulamentares:** Atrasos ou não pagamentos de valores recebíveis e condições regulamentares para contratações e pagamentos dos serviços junto a CODATA pode comprometer o fluxo de caixa e a capacidade financeira da empresa. Logo, é de suma importância o monitoramento e mecanismos internos robustos de planejamento financeiro, como também, estratégias para aumentar sua resiliência institucional, aprimoramento da governança financeira e a revisão contínua de processos críticos, sempre em conformidade com as exigências legais vigentes.
4. **Demandas Não Planejadas e Pressões Externas:** Recebimento de demandas urgentes, não previstas ou mal definidas por parte de seus clientes, comprovando a necessidade prévia de alinhamento, apoio ao planejamento, distribuição de recursos e a execução de projetos estratégicos em fases definidas da empresa. Para mitigar esse problema, a CODATA vem aprimorando o seu processo de gestão de demandas, com critérios claros de priorização baseados em business case, valor público e aderência às diretrizes de governo digital. Como ações futuras estão:
 - Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) que formalizam os fluxos de acompanhamento de projetos desenvolvidos em parceria com órgãos Diretas/Indiretas e CODATA;

- Formalização de acordos de nível de serviço (SLAs);
- Utilização de portfólios de projetos;
- Definição e clareza nos papéis e responsabilidades, buscando promover maior eficiência na comunicação e nas entregas;
- Atuação conjunta com áreas responsáveis por políticas públicas e planejamento estratégico podem fortalecer a governança da demanda.

Esse modelo favorece o foco em iniciativas com maior impacto, promove o uso racional dos recursos e posiciona a CODATA como agente protagonista na agenda de transformação digital do Estado, em vez de apenas como um executor de solicitações pontuais.

10.0 REMUNERAÇÃO

A remuneração dos administradores é fixada pela Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social. Os valores são fixos, não são indexados a nenhum indicador.

No caso de empregados a remuneração é definida pelo Plano de Cargos, Salários e Carreiras – PECS (Figura 4) e os reajustes são aplicados observando a negociação coletiva firmada com a entidade sindical que representa a categoria.

PECS - TABELA SALARIAL 05/2024 - ACT																			
Grupo	Ord	Emprego	Classes	Referências	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV
Tecnologia da Informação	1	Analista de Tecnologia da Informação	D	52 a 80	7.950,37	8.599,13	9.300,78	10.059,61	10.880,59	11.768,28	12.728,78	13.767,45	14.890,77	16.105,94	17.420,20	18.841,68	20.378,93	22.041,80	23.840,28
			C	49 a 77	7.067,83	7.644,57	8.268,39	8.943,05	9.672,82	10.462,14	11.315,80	12.239,23	13.237,90	14.318,10	15.486,40	16.750,19	18.116,88	19.595,39	21.194,32
			B	46 a 74	6.283,21	6.795,99	7.350,53	7.950,37	8.599,13	9.300,78	10.059,61	10.880,59	11.768,28	12.728,78	13.767,45	14.890,77	16.105,94	17.420,20	18.841,68
			A	43 a 71	5.585,77	6.041,55	6.534,60	7.067,83	7.644,57	8.268,39	8.943,14	9.672,82	10.462,14	11.315,80	12.239,23	13.237,90	14.318,10	15.486,40	16.750,19
	2	Técnico de Tecnologia da Informação	D	45 a 73	6.041,55	6.534,52	7.067,83	7.644,57	8.268,39	8.943,05	9.672,82	10.462,14	11.315,80	12.239,23	13.237,90	14.318,10	15.486,40	16.750,19	18.116,88
			C	42 a 70	5.370,92	5.809,23	6.283,21	6.795,99	7.350,53	7.950,37	8.599,13	9.300,78	10.059,61	10.880,59	11.768,28	12.728,78	13.767,45	14.890,77	16.105,94
			B	39 a 67	4.774,74	5.164,34	5.585,76	6.041,55	6.534,52	7.067,83	7.644,57	8.268,39	8.943,05	9.672,82	10.462,14	11.315,80	12.239,23	13.237,90	14.318,10
			A	36 a 64	4.244,72	4.591,12	4.965,77	5.370,92	5.809,23	6.283,21	6.795,99	7.350,53	7.950,37	8.599,13	9.300,78	10.059,61	10.880,59	11.768,28	12.728,78
	3	Analista de Administração e Finanças	D	52 a 80	7.950,37	8.599,13	9.300,78	10.059,61	10.880,59	11.768,28	12.728,78	13.767,45	14.890,77	16.105,94	17.420,20	18.841,68	20.378,93	22.041,80	23.840,28
			C	49 a 77	7.067,83	7.644,57	8.268,39	8.943,05	9.672,82	10.462,14	11.315,80	12.239,23	13.237,90	14.318,10	15.486,40	16.750,19	18.116,88	19.595,39	21.194,32
			B	46 a 74	6.283,21	6.795,99	7.350,53	7.950,37	8.599,13	9.300,78	10.059,61	10.880,59	11.768,28	12.728,78	13.767,45	14.890,77	16.105,94	17.420,20	18.841,68
			A	43 a 71	5.585,77	6.041,55	6.534,60	7.067,83	7.644,57	8.268,39	8.943,14	9.672,82	10.462,14	11.315,80	12.239,23	13.237,90	14.318,10	15.486,40	16.750,19
	4	Técnico de Administração e Finanças	D	45 a 73	6.041,55	6.534,52	7.067,83	7.644,57	8.268,39	8.943,05	9.672,82	10.462,14	11.315,80	12.239,23	13.237,90	14.318,10	15.486,40	16.750,19	18.116,88
			C	42 a 70	5.370,92	5.809,23	6.283,21	6.795,99	7.350,53	7.950,37	8.599,13	9.300,78	10.059,61	10.880,59	11.768,28	12.728,78	13.767,45	14.890,77	16.105,94
			B	39 a 67	4.774,74	5.164,34	5.585,76	6.041,55	6.534,52	7.067,83	7.644,57	8.268,39	8.943,05	9.672,82	10.462,14	11.315,80	12.239,23	13.237,90	14.318,10
			A	36 a 64	4.244,72	4.591,12	4.965,77	5.370,92	5.809,23	6.283,21	6.795,99	7.350,53	7.950,37	8.599,13	9.300,78	10.059,61	10.880,59	11.768,28	12.728,78

PISO SALARIAL: 1.075,68

Figura 4 - Tabela de referência salarial vigente

11.0 DELIBERAÇÃO

A presente Carta cumpre seu propósito com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos das políticas públicas realizadas pela CODATA, em atendimento ao interesse coletivo que justificou sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos.

O Conselho de Administração da Companhia aprova esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, atendendo aos objetivos de governança preconizados pela Lei Federal nº 13.303 de 30/06/2016 e Decreto Estadual nº nº 38.406, de 27/06/2018.

João Pessoa, 01 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS TIBÉRIO LIMEIRA SANTOS FERNANDES**
Data: 12/09/2025 16:39:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes
Presidente do Conselho de Administração

Documento assinado digitalmente
 **FABIO BRITO FERREIRA**
Data: 27/08/2025 08:34:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fábio Brito Ferreira
Membro do Conselho de Administração

Documento assinado digitalmente
 **ANGELO GIUSEPPE GUIDO DE ARAÚJO RODRIGUES**
Data: 02/07/2025 15:16:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Angelo Giuseppe Guido de Araújo Rodrigues
Membro do Conselho de Administração



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, RENATA LOPES BERNARDO, com inscrição ativa no CRC/RN, sob o nº 010643, inscrito no CPF nº 06525708443, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
06525708443	010643	RENATA LOPES BERNARDO



CERTIFICO O REGISTRO EM 30/09/2025 14:01 SOB Nº 20252907647.
PROTOCOLO: 252907647 DE 30/09/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12515647013. CNPJ DA SEDE: 09189499000100.
NIRE: 25300003375. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/09/2025.
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PARAIBA CODATA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO
SECRETÁRIA-GERAL
www.redesim.pb.gov.br